



Palestra Nacional

**A EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS-PANDEMIA:  
O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL NO CONTEXTO DA PRÁTICA**

Mariclei Przylepa\* - UFGD

**Resumo:** O texto aborda os comportamentos considerados atípicos de educandos dos primeiros, segundos e terceiros anos do ensino fundamental e seus processos de alfabetização, no período pós-pandemia. Evidencia as dificuldades e os desafios a serem enfrentados por todos, sejam educandos, pais, gestores escolares, e principalmente educadores, na tentativa e busca de amenizar e/ou superar os impactos negativos acarretados na educação pública, posto pelo período pós-covid 19. Por meio dos resultados, observou-se que muitos educandos apresentaram significativos problemas socioemocionais, sejam eles manifestados e/ou externalizados por meio de sentimentos relacionados ao medo, à angústia e dores físicas, além também do seu próprio processo de alfabetização.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Educação. Ensino Fundamental. Pandemia.

### **Introdução**

A elaboração do presente texto visa subsidiar os diálogos proferidos na palestra do “III Colóquios de Política e Gestão da Educação – Planejamento Educacional: políticas públicas e desafios”. Tal intervenção refere-se ao relato de experiência vivenciado, no contexto da prática, acerca das dificuldades de alfabetização dos educandos dos anos iniciais do ensino fundamental (1º, 2º e 3º anos) em uma escola pública municipal do estado de Mato Grosso do Sul (MS) em 2022, período pós-pandêmico.

Tem-se como pressuposto uma sintética discussão acerca dos desafios suscitados pelo período pandêmico na vida humana, e principalmente na educação pública brasileira. Ulteriormente, apresenta-se algumas evidências dos comportamentos considerados atípicos dos educandos no contexto escolar e as consequências em seu processo de alfabetização.

A pandemia da Covid-19 suscitou desafios significativos na vida humana no que tange aos aspectos humanos, sociais, culturais, econômicos, afetivos e educacionais, pois como reverbera Gatti (2020, p. 29), fomos “desafiados por um vírus que alterou aspectos substantivos de nossa vida em sociedade, obrigando-nos ao isolamento e a incorporar hábitos defensivos de higiene e de precaução quase extrema nos contatos”. Ademais, estes desafios

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora Coordenadora da Rede Municipal de Ensino de Dourados-MS. Pesquisa sobre Políticas Educacionais, Currículo, Formação de Professores e Conselhos Municipais de Educação. Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa “Estado, Política e Gestão da Educação (GEPGE)” e “Conselhos Municipais da Educação no Brasil - GEP CMEBr”. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9233-0204>.



“agigantaram” e escancaram as enormes desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira.

No contexto educacional, a situação pandêmica, ao trazer a modalidade do ensino remoto e/ou *on line*, exacerbou a triste realidade dos limites postos aos filhos da classe trabalhadora quanto ao acesso à bens tecnológicos, produzidos na contemporaneidade, bem como evidenciou a ausência de capital cultural e a imensa jornada de trabalho imposta a essa classe, que culminou em impossibilidades de contribuições no processo de ensino aprendizagem de muitos educandos oriundos da escola pública. Além disso, as próprias redes de ensino, com escolas sucateadas e arcaicas, não dispunham minimamente de condições infra estruturais e materiais concretas para efetivação dos currículos por tal modalidade de ensino.

Gatti (2020, p. 32) traz elucubrações pertinentes ao apontar que o contexto pandêmico:

[...] obrigou crianças, adolescentes e jovens a mudarem seus hábitos relacionais e de movimento, a estudarem de modo remoto, alguns com boas condições, com acesso à internet, com os suportes necessários (computador, *tablet* ou celulares), mas muitos não dispo de essas facilidades, ou dispo de com restrições (por exemplo, não dispo de rede de internet ou de computador ou outro suporte, posse de celulares pré-pagos com pouco acesso a redes; um só celular na família etc.), contando ainda aqueles sem condição alguma para uso dos suportes tecnológicos escolhidos para suprir o modo presencial. Agregue-se a essas condições o grande contingente de alunos que não puderam contar com apoio mais efetivo dos pais por seu nível educacional, ou por trabalharem em setores prioritários durante o isolamento, ou por outros motivos. Ainda, evidenciou-se situação de alunos dependentes de redes educacionais que elas próprias não tinham condições de oferta remota de seus currículos [...].

Outrossim, no ensino remoto ocorreram fragmentações nos currículos escolares, principalmente no que se refere à relação teoria e prática, e apontou a ausência de formação de educadores na área tecnológica, além da inviabilidade do processo de alfabetização dos educandos menores, seja pela inexistência de metodologias apropriadas para esse trabalho a distância ou pela própria vulnerabilidade que muitos estão sujeitos na sociedade contemporânea.

Nas palavras de Gatti (2020, p. 32 - 33) nesta forma de ensino:

[...], pendências curriculares ficaram em suspensão, como as atividades práticas, as de laboratórios, as de campo e os estágios na educação média profissional. Questões se mostraram como dificuldades, como as condições e formação dos docentes para trabalho de educação escolar em modo remoto e para uso de mídias, para o desenvolvimento de formas de envolvimento ativo dos estudantes, desenvolvimento de atividades compartilhadas, e mesmo a avaliação do desempenho dos alunos. Muitas dúvidas e preocupações existem relativas ao atendimento às crianças pequenas que frequentavam creches, as da pré-escola, e as em processo de alfabetização, considerando as necessidades e condições dessas faixas etárias, e também

a falta de metodologias a distância suficientemente estudadas e consolidadas para esses níveis educativos [...]. Lembrando os limites de uso por crianças pequenas de aparelhos receptores. Considere-se a situação de vulnerabilidade social em que muitas dessas crianças estão [...].

Salienta-se e acredita-se que o comprometimento social do processo de alfabetização de educandos dos anos iniciais do ensino fundamental será sentido e observado durante muitos anos, acarretado pelo ensino remoto, haja vista o papel preponderante do educador na construção e mediação desse processo e do *lócus* escolar para sua vivência e experiência.

Aproxima-se da perspectiva de que a escolarização deve ocupar centralidade na vivência humana, uma vez que a comunicação ativa e formal com o “outro”, aqui apreendida por meio dos sujeitos e do conhecimento, possibilita aos educandos a participação em diferentes momentos de interação social e cultural, para que assim aprendam e compreendam sobre si mesmos, sobre a natureza e sobre a sociedade.

De acordo com Leal, Albuquerque e Morais (2006, p. 81) as experiências culturais significativas com as práticas de leitura e escrita na escola oportunizam aos educandos se construírem como sujeitos letrados, ou seja, capazes de “[...] não apenas ler e registrar autonomamente palavras numa escrita alfabética, mas de poder ler-compreender e produzir os textos que compartilhamos socialmente como cidadãos”.

Em outras palavras, a educação é inerente a preservação da vida em todos os sentidos, seja ele social, ambiental, científico e cultural. Ela contribui por meio do conhecimento sistematizado historicamente, com o aprendizado e com a formação de valores e consciência.

Ademais, vivendo esse período pós-pandêmico, o ser humano foi convidado a superar o individualismo e a competição desenfreada que sempre pautaram sua existência. Tudo isso impulsiona esse ser humano a repensar que “[...] a educação fragmentária, de caráter apenas cognitivo” (GATTI, 2020, p. 39), que para muitos jovens e adolescentes, é sem sentido, pois é isso que é oferecido a eles, é necessário que haja domínio de conhecimentos imbricados com valores vitais, e que isso conforme a autora supracitada é um vetor saudável para se preservar os novos tempos.

Na subseção a seguir dialogar-se-á acerca do processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal do estado de MS.

## **O retorno pós-pandemia no contexto da prática**

É pertinente registrar que os diálogos infracitados advêm de experiências cotidianas da autora e pesquisadora enquanto professora coordenadora dos anos iniciais do ensino fundamental



em uma escola pública municipal de MS. Escola essa, situada em um bairro periférico da segunda maior cidade de MS, a qual atende desde a educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental, e conta com aproximadamente 600 educandos.

O retorno 100% presencial do ensino na referida escola deu-se em fevereiro de 2022 e foi marcado inicialmente por comportamentos atípicos de muitos educandos. Esses educandos ao retornarem ao contexto escolar trouxeram nas suas relações sentimentos e vivências de isolamento, medo, angústia, estresse, ansiedade, frustrações, violências e agressividade, experienciados no seio familiar durante o período pandêmico.

Os educandos chegaram à escola assustados, ansiosos, deprimidos, muitas vezes com comportamentos depressivos, em que apresentavam pelo isolamento social enfrentado dificuldades de socialização, interação e convívio social, o que os tornavam resistentes ao cumprimento de regras básicas ao convívio escolar. Seus problemas socioemocionais tornaram-se latentes e se manifestaram em constantes reclamações de dores no corpo (cabeça e barriga), choros, desorganizações emocionais e pedidos de dispensas antes do término das aulas.

Os estudantes apresentaram uma “desorganização” corporal e mental, uma energia quase inesgotável de fala, locomoção e movimento, muitas vezes desordenados, em momentos inoportunos e fora de contexto, seja em sala de aula ou no intervalo. Acredita-se que essa forma de retorno seja compreensível a partir das elucubrações tecidas por Romanzini, Botton e Vivian (2022, p. 149), ou seja,

[...] as crianças foram privadas da socialização com seus pares, fundamental para favorecer aprendizados importantes para o desenvolvimento humano, como experiências lúdicas, interações presenciais, cooperação, compartilhamento de decisões, convivência com as diferenças, aprendizagens relacionadas com o controle dos impulsos, lidar com as frustrações, entre outros. A morte ou a ameaça desta passaram a ser um assunto enfatizado, seja por meio das mídias, seja, até mesmo, presencialmente, nos ambientes domésticos, associado a uma hipervigilância por parte das crianças. A iminência de morte é vista como algo imprevisível, não sendo possível o seu controle, o que pode desencadear ansiedade, medos e desamparo vivenciados pelas crianças. A saúde mental infantil no contexto da pandemia, em função do distanciamento ou do isolamento social, deve ser observada com atenção devido à vulnerabilidade emocional. Estudo mostrou que o confinamento de 220 milhões de crianças e adolescentes chineses em casa, incluindo 180 milhões de estudantes de escolas primárias e secundárias e 47 milhões da pré-escola, provocou impactos psicológicos importantes, por estarem sujeitos a estressores, como duração prolongada, frustração e tédio, medo de infecção, lacunas de contato pessoal com colegas, amigos e professores, informações inadequadas, falta de espaço pessoal em casa e perda financeira familiar.

No retorno às aulas presenciais, observou-se que o *lôcus* escolar e o convívio social entre os educandos são fundamentais para assegurar a proteção às várias doenças mentais, em

períodos pandêmicos com isolamento social. Os educandos trouxeram uma carga emocional negativa grande, bem como a necessidade dos sujeitos escolares de apreender e considerar essas especificidades no processo de ensino e aprendizagem.

Nessa acepção, os educadores além de identificarem os níveis/processos de alfabetização em que os educandos se encontravam, por meio de avaliações diagnósticas/sondagem, precisaram ministrar os conteúdos curriculares previstos pelo referencial, com intuito de recompor as aprendizagens deficitárias acarretadas pelo período pandêmico, foi necessário trabalharem também as cargas, as dificuldades e os problemas socioemocionais desses educandos. Inclusive, os próprios pais perceberam e denunciaram aos professores e a coordenação escolar os danos provocados pelo distanciamento do convívio social de seus filhos.

De acordo com Dias e Ramos (2022, p. 160), os pais entendiam como sendo prejudicial “[...] o distanciamento social ao qual os filhos foram submetidos, uma vez que não puderam interagir com os colegas e os familiares”. E denunciam que “[...] os impactos observados por eles em **função desse distanciamento foram manifestados por meio dos comportamentos infantis na forma de ansiedade, irritabilidade, tristeza e medos, entre outros sintomas físicos, como dores de cabeça e de barriga**” (grifos da pesquisadora).

Observa-se que o período pós-pandêmico exigiu dos educadores a uma dupla “missão”, isto é, a de apreender, compreender e trabalhar o processo de alfabetização ou sua ausência em que se encontram os educandos, e os seus diversos problemas, “transtornos” e danos pandêmicos. Missão essa, considerada “árdua”, visto que alfabetizar além de ser um ato complexo e geralmente iniciada na pré-escola, muitos educandos não a usufruiu, pois muitos deles já começaram sua vida acadêmica no primeiro ou segundo ano do ensino fundamental devido aos períodos de *lockdown* (confinamento) decretados nos anos de 2019 e 2020. Além disso, reverbera-se que é complexo aos professores o trabalho com os comportamentos atípicos dos educandos, pois não possuem formação específica para tal.

Cabe salientar que normalmente em um contexto dito “normal”, alfabetizar, principalmente os educandos dos anos iniciais do ensino fundamental é uma tarefa “laborosa”, visto que exige a aquisição de um conjunto de habilidades, o que a torna um processo complexo e multifacetado. Segundo Soares (2007, p. 18):

Essa complexidade e multiplicidade de facetas explicam por que o processo de alfabetização tem sido estudado por diferentes profissionais, que privilegiam ora estas ora aquelas habilidades, segundo a área do conhecimento a que pertencem [...]. Tem-se tentado, ultimamente, atribuir um significado demasiado abrangente à alfabetização, considerando a um processo permanente, que se estenderia por toda vida, que não se esgotaria na aprendizagem da leitura e da escrita. É verdade que, de certa forma, a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo



permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita); este último é que, sem dúvida, nunca é interrompido.

Isso posto, ressalta-se que antes da pandemia era preciso esforços consideráveis no campo educacional, com vistas à melhoria dos baixos índices de aprendizagem escolares ocasionados, dentre outros, por níveis de desigualdades sociais existentes no Brasil. E serão necessários inúmeros esforços para se alcançar as perdas significativas acometidas no processo de ensino e aprendizagem dos educandos, principalmente, os de escolas públicas, devido ao período pandêmico.

Os impactos desse período na aprendizagem apresentaram seus reflexos e resultados já nos anos iniciais do ensino fundamental, pois conforme dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não atingiu a meta prevista para o ano de 2021 (que era de 6.0), pois ocorreu uma diminuição Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - índice calculado com base no aprendizado dos educandos em Português e Matemática (via Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Portanto, a nota alcançada a esfera nacional foi de 5,8 (BRASIL, 2021)<sup>1</sup>.

Especificamente em relação às dificuldades de alfabetização apresentadas na escola municipal de MS, destaca-se que no início de 2022, ao voltar o ensino 100% presencial, os professores dos anos iniciais do ensino fundamental (1º, 2º e 3º anos) realizaram um período de sondagem (com avaliações diagnósticas), que durou quase um mês aproximadamente, e observaram que uma maioria considerável de educandos encontravam-se no nível de alfabetização pré-silábico<sup>2</sup>, e que não faziam a distinção de letras e números, possuíam limites em relação à organização espacial no manuseio dos materiais, cadernos, livros, lápis e estavam demasiadamente dispersos, alheios e desatentos às aulas e aos “comandos” dos professores.

Apresentavam também dificuldades de coordenação motora fina, a qual se caracteriza na capacidade de utilizar de forma adequada os pequenos músculos localizados, principalmente nas mãos e nos pés, possibilitando movimentos específicos que permitem manusear e realizar

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 04 mai. 2023.

<sup>2</sup> Analisando a escrita espontânea dos educandos, Ferreiro e Teberosky (1984) denominaram a fase inicial como período pré-silábico, a criança parece não apreender que as letras representam os sons formando uma palavra, após suscita a “hipótese silábica”, onde se escreve uma letra para cada sílaba, inicialmente, as letras não tem valor sonoro com a sílaba, mas com o seu desenvolvimento no processo de alfabetização passam a ter. E, posteriormente surge a “hipótese alfabética, em que se inicia a compreensão do princípio alfabético.

atividades como recortar, desenhar, pintar e escrever. Tal coordenação é significativamente trabalhada no pré-escolar.

Ademais, os professores observaram ainda que muitos educandos ao serem problematizados e/ou solicitados a desenvolverem os conteúdos escolares, tais como: copiar, fazer e/ou refazer atividades e prestar atenção nas aulas ministradas, demonstravam-se irritados, estressados, desaminados, “cansados”, e logo relatavam alguma dor (cabeça ou barriga), choravam e queriam ir embora. Ao ser solicitado a presença dos pais à escola para diálogos acerca destes comportamentos de seus filhos, diziam que em casa eles estavam da mesma forma, estressados exacerbadamente.

De acordo com Romanzini, Botton e Vivian (2022, p.155 - 156) tais comportamentos são verificados em estudos realizados, que buscaram apreender o nível de estresse das crianças durante a pandemia, o qual indicou “[...] que o comportamento e o humor infantil sofreram modificações durante esse período”. Inclusive, os pais pesquisados reafirmaram estas mudanças:

[...] as crianças demonstraram maior irritabilidade, maior frustração e que apresentavam um menor limiar de paciência. Os genitores também relataram que as crianças ficaram tristes por não manterem contato presencial com seus amigos e familiares, apontando para o fato de os filhos não lidarem bem com o tédio. Destacou-se que o comportamento dos jovens se relacionou com as mudanças abruptas na rotina deles devido à necessidade do fechamento das escolas.

Esse contexto demonstra o desafio a ser enfrentado pela gestão escolar e principalmente pelos professores quanto ao processo de alfabetização dos alunos (1º, 2º e 3º anos) da unidade escolar selecionada e vivenciada na prática pela pesquisadora. Porém, algumas ações para o enfrentamento deste desafio já foram efetivadas nessa escola, tais como: oferta de aulas de reforço no contraturno, para atender preferencialmente os educandos do 2º ano; formação continuada para os professores, visando o (re) pensar de concepções e perspectivas de alfabetização, associadas aos problemas socioemocionais dos educandos e do currículo escolar, a partir da consideração de habilidades essenciais para o ano subsequente; palestras aos professores, com profissionais específicos, que trata sobre o trabalho de comportamentos atípicos dos educandos no período pós-pandemia.

Contudo, o desafio posto seguirá anos vindouros, e mais, entende que sejam necessárias muita mais que ações pontuais de cada unidade escolar para superá-lo, tendo em vista que os impactos socioemocionais foram significativos para toda sociedade, educandos, professores, pais, etc., e por isso requer um repensar à educação, enquanto política pública, em uma perspectiva de organização social, existência humana e formação de valores culturais e sociais equitativos, pois o período pandêmico suscitou reflexões quanto à função social da

educação pública, em especial quanto aos âmbitos da natureza, do ambiente, da sociedade, do sujeito, dentre outros.

Torna-se necessário (re) pensar e organizar os currículos escolares. Nessa perspectiva, é preciso a busca para romper com educação posta, fragmentada, descontextualizada, nada significativa e inclusiva à maioria dos educandos, familiares e a transformação social.

Gatti (2020, p. 39) reverbera tal compreensão ao explicitar que a educação pode oportunizar a formação de “[...] valores de vida com base em conhecimentos, para as novas gerações”. “É nela que o sentido das aprendizagens é garantido e estamos diante da possibilidade de criação de nova consciência e posturas diante da vida, nas relações, na sociedade, na educação das futuras gerações”.

### **Considerações**

Partindo-se do exposto, evidências apontam o quão o período pandêmico alterou a vida socioemocional das pessoas em sociedade. Tais alterações suscitaram mudanças de comportamentos, hábitos, experiências de vivências e de socialização da humanidade com o diferente, com o outro. Demarcaram a necessidade de reflexão da relação do homem com a natureza, com o ambiente, com a ciência e com a educação.

Da mesma forma, foram explicitadas e acirradas as enormes desigualdades sociais e educacionais existentes no Brasil. Muitos educandos brasileiros ficaram a mercê do processo ensino e aprendizagem, devido à falta de acesso aos bens culturais produzidos e usufruído por poucos, além do sucateamento das escolas públicas. Professores sem condições materiais de trabalho e tampouco formação tecnológica para o período pandêmico e também formação para o trato dos “transtornos” emocionais dos educandos pós esse período pandêmico.

Acredita-se que os desafios evidenciados e enfrentados na escola pública municipal de MS quanto ao processo de alfabetização, socialização, interação e comportamentos atípicos dos educandos são recorrentes em muitas escolas brasileiras, o que exige esforços e investimentos significativos dos governos, das escolas, dos pais, enfim da sociedade como um todo.

Ademais, um (re) pensar da educação pública brasileira se faz tardio, visto que cada vez mais, tem contribuído pouco, senão nada, com vida cotidiana dos educandos. Sua descontextualização, fragmentação, centralidade tecnicista e conteudista não oportuniza a formação de valores humanos inerentes à coletividade e à construção de uma sociedade justa, igualitária, fraterna e significativa a todos.



## Referências

- BRASIL. *Resultados do IDEB*. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 04 mai. 2023.
- DIAS, E.; RAMOS, M. N. A Educação e os impactos da Covid-19 nas aprendizagens escolares. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 117, p. 859 - 870, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/LTWGK6r8n6LSPPLRjvfL9qs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 04 mai. 2023.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia: impactos da pandemia. *Estudos Avançados*, n. 34, v. 100, 2020, p. 29 - 41. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxfh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- LEAL, F. T.; ALBUQUERQUE, E. B. C. de; MORAIS, A. G. de. Ensino Fundamental de nove anos: orientação para a inclusão da criança de seis anos de idade. In: *Letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica*. Brasília, 2006. Disponível em: <https://chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9anobasefinal.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- ROMANZINI, A. V.; BOTTON, Letícia, T. J.; VIVIAN, A. G. Repercussões da pandemia da Covid-19 em crianças do ensino fundamental. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 5, p. 148 - 163, dez, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/kmWd9D7RhQGbzDzGMwWHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- SOARES, M. B. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2007.